



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60690 - SP (2019/0116447-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : **DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA**  
**PROCURADORES** : **WLADIMIR RIBEIRO JUNIOR - SP125142**  
: **FERNANDA RIBEIRO DE MATTOS LUCCAS - SP136973**  
: **TATIANA DE FARIA BERNARDI E OUTRO(S) - SP166623**  
**RECORRIDO** : **JORGE JOÃO CARDUZ - ESPÓLIO**  
**REPR. POR** : **JORGE CARDUZ JUNIOR - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO** : **MARCOS DA SILVA AMARAL - SP125343**

### **EMENTA**

**ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRECATÓRIO. PRETERIÇÃO. SEQUESTRO DE RENDAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE**

### **DECISÃO**

Trata-se de apreciar Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, em face de acórdão do TJSP que denegou em parte a ordem pretendida no Mandado de Segurança impetrado pelo Departamento contra ato supostamente coator do Presidente do TJSP que determinara o sequestro de ativos para saldar débito daquele ente público, mantido o cálculo do Juízo da Execução, com inclusão de juros moratórios e compensatórios em compensação.

O acórdão recorrido foi assim ementado:

"O provimento em parte de agravo regimental para alterar o índice contra que se insurge a impetração prejudica-a nessa parte. As parcelas da moratória do caput do artigo 78 não se constituem em crédito de classe diferente do decorrente de resíduo da moratória do caput do artigo 33, ambos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O não cumprimento integral da moratória implica na incidência dos juros de mora e compensatórios previstos no título judicial."

Em suas razões recursais, o Departamento de Águas e Energia Elétrica insurge-se contra o sequestro, alegando que para que ele fosse permitido seria preciso que ambos os precatórios se encontrassem na mesma "fila", o que afirma que não se deu no caso concreto, uma vez que um dos precatórios emitidos em favor da parte adversa remetia a período anterior à Constituição (art. 33 e parágrafo 4o. do art. 78 do ADCT), ao passo que o outro remetia a período posterior, de modo que em relação a este haveria de ser expedido novo precatório, nos termos do art. 100, parágrafo 4o., da Constituição, com sequestro previsto no parágrafo 2o. do mesmo artigo.

Parecer do Ministério Público Federal pela negativa de provimento ao recurso, por estar o acórdão recorrido de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que é possível o sequestro na hipótese em que há subversão da ordem, o que se verifica quando há "preterição de pagamento de crédito anterior e já vencido, constante de precatório submetido ao regime de parcelamento de que trata o art. 33 do ADCT, em benefício de créditos posteriores, incluídos no parcelamento instituído pela EC 30/2000 (art. 78 do ADCT)".

É o relatório. Passo a decidir.

O acórdão recorrido, na parte impugnada no Recurso Ordinário ora em exame, foi bastante clara e direta em sua fundamentação, assim dispondo:

"Ao se fazer o depósito de parcelas referentes a precatórios parcelados na forma do caput do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de ordens cronológicas posteriores, antes de pagar o resíduo relativo a precatório submetido ao caput do artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e não integralmente honrado, evidentemente se preteriu o direito de precedência desse último, cabendo o sequestro (parte final do § 2º do artigo 100 da Constituição da República). A sujeição a diferentes moratórias (caput do artigo 33 e caput do artigo 78, ambos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) não implica em diferenciação de classes dos débitos da Municipalidade. Essas são as referentes a créditos de pequeno valor e alimentares (parte inicial do caput e § 3º, ambos do artigo 100 da Constituição da República)"

Como se verifica, o acórdão recorrido denegou a segurança ao entendimento de que há preterição que autoriza o sequestro (§ 2º - atual § 6º - do artigo 100 da Constituição da República) na hipótese - como a dos autos - em que a Fazenda Pública, antes de finalizar o pagamento de precatórios pagos de forma parcelada por autorização transitório nos termos do art. 33 do ADCT, dá início ao pagamento de débito nos termos do art. 78 do ADCT.

A orientação é a mesma que se firmou nesta Corte Superior. Confira-se:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PAGAMENTO DE PRECATÓRIO. PRETERIÇÃO. SEQUESTRO DE RENDAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento uniforme de que **caracteriza subversão da ordem cronológica de pagamento dos precatórios, prevista no art. 100 da Constituição Federal, o adimplemento de créditos posteriores oriundos da moratória instituída pela EC n. 30/2000, que acrescentou o art. 78 ao ADCT, em detrimento de credores titulares de precatórios anteriores emitidos com base no art. 33 do ADCT.**

2. Hipótese em que Tribunal de origem denegou a segurança para manter o sequestro de rendas públicas destinado à satisfação de precatório sujeito à moratória do art. 33 do ADCT.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no RMS 33.681/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 07/08/2018)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PRECATÓRIO. PRETERIÇÃO CONFIGURADA. SEQUESTRO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. Recurso ordinário no qual se busca a reversão de acórdão no qual se firmou não ter havido abusividade ou violação na ordem administrativa do Tribunal de Justiça que permitiu o levantamento de precatório em razão da ocorrência de quebra da ordem cronológica dos pagamentos.

2. No caso concreto, "não se mostra razoável que parcela de precatório seja paga em detrimento de crédito mais antigo e anterior, independentemente do crédito ser oriundo de parcelamento diverso, como, no caso, em oitavos (art. 33 do ADCT) e em décimos (art. 78 do ADCT)". Precedentes: AgRg nos EDcl no RMS 45.723/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 8.10.2014; e RMS 41.766/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 24.10.2013.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no RMS 43.039/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 16/09/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO. PRECATÓRIO. PRETERIÇÃO. SEQUESTRO. VIABILIDADE DA MEDIDA. PRECEDENTES.

1. Conforme pacífico entendimento desta Corte, **"a preterição de pagamento de crédito anterior e já vencido, constante de precatório submetido ao regime de parcelamento de que trata o art. 33 do ADCT, em benefício de créditos posteriores, incluídos no parcelamento instituído pela EC 30/2000 (art. 78 do ADCT), configura hipótese de quebra da ordem cronológica imposta pelo art. 100 da Constituição Federal, autorizando o sequestro da quantia correspondente (CF, art. 100, § 2º)"** (RMS 41.766/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 24.10.2013).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no RMS 45.723/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/10/2014, DJe 08/10/2014)

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em mandado de segurança. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF) 24 de março de 2020.

Ministro Benedito Gonçalves

Relator